

Vozes do discurso político: sujeitos, sons e sentidos

Carlos PIOVEZANI
Faculdade Estadual de Ciências e
Letras de Campo Mourão

Resumo: Considerando as relações entre o som e o sentido, sob uma perspectiva discursiva, neste artigo sustentamos a necessidade e a viabilidade de uma “lingüística da substância”, quando se trata de analisar a produção dos efeitos de sentido e a construção das identidades dos interlocutores em enunciações orais. Para tanto, pretendemos erigir algumas considerações sobre as transformações do discurso político contemporâneo e analisar um dos programas de José Serra, transmitido no Horário Eleitoral Gratuito das eleições presidenciais de 2002, focalizando, sobretudo, a utilização da substância fônica da expressão, ou seja, da voz na constituição de efeitos de verdade e na fabricação de um certo ethos do candidato.

Palavras-chave: voz; Análise do Discurso; “Lingüística da substância”; discurso político.

INTRODUÇÃO

Talvez, o tão reiterado prelúdio do evangelho de João possa servir de pretexto gasto e contrafeito para ilustrarmos inicialmente a ironia de nossa proposta ou para afastarmos a gravidade de nosso intento: “No princípio era o Verbo [...] E o Verbo fez-se carne, e habitou entre nós...” (Jo 1:1; 1:14). Antes de o verbo fazer-se carne, antes que ele habitasse entre nós, deu-se a corrupção do corpo e a “queda” do homem. Também no *Fédon*, o corpo foi igualmente condenado: origem capital de todo erro e empecilho maior no caminho da verdade. Ora, tendo sido feito carne, o *verbo encarnado* não poderia, pois, ser ainda concebido como se fosse incorpóreo.

Durante muitas décadas, houve na Lingüística a primazia pelas formas da língua, em detrimento das substâncias do corpo e da voz: “la langue est une forme et non une substance” (Saussure, 1995, p.100). A partir dessa “predileção”, assentada no postulado saussuriano, enfatizado, entre outros, por Roman Jakobson e por Louis Hjelmslev, cada um à sua maneira, deu-se a consolidação da tradição estruturalista nos estudos lingüísticos contemporâneos.

Mentes brilhantes, critérios de cientificidade e rigor metodológico promoveram, sem dúvida, vultosos avanços na Lingüística, desde o final do século XIX e início do século XX (mais: segundo não poucas opiniões prestigiadas, Ferdinand de Saussure instaurou um “corte epistemológico”, estabeleceu uma ruptura no campo das idéias lingüísticas, inaugurou uma ciência...); mas novos tempos e novos objetos impelem-nos a reflexões epistemológicas e, por extensão, a inflexões teórico-metodológicas ou, ao menos, exigem que estejamos atentos às “novas” propostas e que não desprezemos *a priori* “antigos” saberes (a Retórica, por exemplo).

Herdeira dessa tradição estruturalista, a Análise do Discurso – AD –, derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux, parece ainda não ter explorado em toda sua extensão um ponto sobre o qual a retórica da Antigüidade greco-latina e a da Idade Clássica (século XVII), a seu modo, já haviam ponderado. Possivelmente, em função de preceitos epistemológicos próprios de seu tempo e da conservação da predominância da modalidade escrita, a AD tenha parcialmente se desobrigado da *actio*, em favor da constituição histórica e da formulação lingüística dos discursos. Surgem, portanto, em seu interior, tendências a conceber a forma sem sua substância, a fala sem seu corpo e o verbo sem sua voz. Não precisaríamos, então, de uma “lingüística da substância”? Ou, ao menos, de uma “AD da matéria”? Eis aqui, por isso, duas frases de efeito que sintetizam nossa perspectiva: a) os sentidos do corpo não são insensíveis ao corpo dos sentidos; e b) se os discursos e seus efeitos constituem-se na materialização das formas na história, eles não são, entretanto, indiferentes às suas próprias substâncias.

Sem nos enveredarmos pelas questões de atribuição justa ou injusta do estatuto de precursor concedido a Saussure ou pelas polêmicas em torno de sua dupla existência (o do CLG e o dos anagramas e dos manuscritos), mas, detendo-nos tão-somente no legado de uma certa tradição lingüística, apontamos, na esteira de outros que já o fizeram, uma das “exclusões” saussurianas reiterada nos desenvolvimentos de diferentes vertentes do estruturalismo lingüístico, a saber, a substância fônica da fala, e sugerimos sua relevância quando se trata de tentar compreender a constituição dos efeitos de sentido e das identidades nas enunciações orais, em geral, e no discurso político televisivo, em particular. Tencionamos proceder diferentemente dos enfoques que privilegiam as relações necessárias, arbitrárias ou funcionais entre os planos da expressão e do conteúdo,

entre o som e o sentido. Por essa razão, focalizaremos, pelo viés discursivo, algumas relações entre os elementos vocais da elocução oral no discurso político televisivo e a produção de certos efeitos que deles derivam.

Antes de passarmos efetivamente a erigir algumas considerações sobre certas metamorfoses do discurso político e de emprendermos uma breve análise de um dos programas de José Serra, transmitido na última semana do Horário Eleitoral Gratuito, referente ao segundo turno das eleições presidenciais de 2002, com vistas a apresentar a importância da voz na sua manifestação, gostaríamos de enfatizar que não ignoramos os desenvolvimentos de algumas áreas da Linguística – particularmente, os avanços da Análise da Conversação – no que respeita à sua reflexão sobre a voz como elemento paraverbal relevante das interações verbais. Contudo, acreditamos que, em proveito dos dados contextuais, conforme é próprio da perspectiva etnometodológica que lhe subjaz, a Análise da Conversação amiúde desconsidera as diferentes temporalidades da história, enquanto a Análise do Discurso (supostamente...) as situa ou, ao menos, deveria situá-las no centro de suas reflexões e análises. Talvez, essa possa ser uma de suas contribuições aos estudos lingüísticos no tocante à busca de algumas relações entre os sons, os sentidos e os sujeitos.

PERSPECTIVAS E ANÁLISES DO DISCURSO POLÍTICO

Não obstante as sólidas fundações, os desenvolvimentos e a consolidação da Análise do Discurso, no que concerne à sua capacidade heurística, à sua aptidão interpretativa acerca da constituição e da formulação discursiva, por meio da concepção e da sofisticação de noções como *interdiscurso*, *formação discursiva*, *memória discursiva* e *arquivo*, de um lado, e *intradiscurso*, *pré-construído*, *discurso relatado* e *heterogeneidade mostrada*, de outro, a reflexão em AD, desde seu início, sugeria, abria caminhos, mas não trabalhava efetivamente sobre a instância material de transmissão do discurso. É justamente a partir daí que gostaríamos de sustentar que podemos/devemos analisar os materiais por meio dos quais o discurso circula e significa. Ainda que Michel Pêcheux, em seus últimos textos, tenha falado das metamorfoses do discurso político, afirmando que esse campo discursivo já estava, há alguns anos, definitivamente ligado às *mídias*, e ainda que Eni Orlandi tenha recentemente concebido a tricotomia

“constituição/formulação/circulação” (Orlandi, 2001), a AD, ao menos no que concerne ao discurso político, continuou a dar menos atenção aos suportes materiais do discurso que, de fato, mereceriam. Em suma, sublinhamos uma obviedade, a saber, as mudanças do objeto de análise impõem forçosamente que se empreendam transformações teóricas e metodológicas: quando se trata do discurso político na televisão, em relações homólogas ou díspares com a linguagem verbal, o corpo e a voz, as imagens e a tela desempenham funções fundamentais... numa palavra: a circulação faz sentido.

Partindo desse princípio, consideraremos alguns deslocamentos e inflexões epistemológicas da AD, no começo dos anos 1980, momento da instauração da AD “francesa” no Brasil, e simultaneamente da morte de seu principal fundador. Esses deslocamentos nos permitirão propor alguns retoques epistemológicos ou, ao menos, apontar algumas possibilidades conceituais e analíticas, conforme dissemos, para a análise do discurso político.

Essas transformações não são as mesmas dos dois lados do Atlântico. Na França, podemos afirmar, com J.-J. Courtine, membro do Grupo de Michel Pêcheux, que, a partir da segunda metade dos anos 80, a AD progressivamente “gramaticalizou-se”, ou seja, cada vez mais as análises debruçaram-se sobre fenômenos estritamente lingüísticos, em detrimento de sua dimensão histórica. Com efeito, em nossos dias, talvez fosse mais preciso falar de tendências retóricas e/ou pragmáticas, no limite, interativo-conversacionais da AD, se pensássemos no Dicionário de AD, de Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau, na recente publicação do número 9 da revista *Marges linguistiques*, organizado por Maingueneau, ou, ainda, nos trabalhos de Jean-Michel Adam, de Catherine Kerbrat-Orecchioni e Ruth Amossy. Houve, sem dúvida, a partir dos anos 80, um certo distanciamento de boa parte dos analistas franceses da extensão histórica do discurso, conforme o salientam as recentes críticas de J.-J. Courtine (2005) e de J. Guilhaumou (2004).

No Brasil, em contrapartida, existe ainda uma tendência a se conservar uma investida histórica, ou, antes, política dos discursos, com uma espécie de preservação das posturas críticas que caracterizavam a AD desde o final dos anos 60. Esse gesto político-epistemológico, aliás, parece a um certo olhar francês bastante ultrapassado; uma espécie de retardo em frente a uma mudança de

paradigma das ciências humanas ocorrida na França que ainda não teria chegado às terras brasileiras.

Compartilhamos do ponto de vista segundo o qual para se pensar as transformações epistemológicas da AD,¹ para se depreender sua evolução histórica, é preciso considerar atentamente as renovações propostas pelo próprio Michel Pêcheux² e seu Grupo, de modo que se possa seguir os desdobramentos ulteriores, sejam eles franceses ou brasileiros. Em seus últimos textos, Michel Pêcheux fala das mudanças do discurso político, reiterando que esse campo discursivo estava, já naquele período, decididamente midiático. A “língua de madeira” (dura e hermética) havia se transformado em “língua de vento” (flexível, cotidiana, mas quase nada referencial), e as eleições pareciam cada vez mais manifestações esportivas transmitidas pelas mídias (Gadet; Pêcheux, 1981; Pêcheux, 1982; 1997). As modificações do objeto de análise haviam imposto transformações teóricas e metodológicas: já era o tempo da “heterogeneidade”, da busca por novas vias, distanciando-se de uma vulgata do marxismo althusseriano, de novas “materialidades discursivas”, da emergência das noções de *memória discursiva*, de *acontecimento discursivo*, etc. Mas, apesar das sugestões de Pêcheux, ainda não era chegado o tempo de considerar, de fato, o discurso político no tempo das mídias.

É a partir daí que J.-J. Courtine, depois de ter trabalhado, no final dos anos 70/começo dos anos 80, sobre um *corpus* de discurso político escrito, conforme se fazia tradicionalmente em AD (Courtine, 1981), vai deslocar seu enfoque teórico e alterar consideravelmente seus procedimentos analíticos em direção às perspectivas históricas e antropológicas, sem negligenciar as inovações tecnológicas; ele postulará igualmente que “fazer análise do discurso é aprender a deslinearizar o texto para restituir, sob a superfície lisa das palavras, a profundidade complexa dos índices de um passado” (Courtine,

¹ Do lado francês, na esteira dos trabalhos críticos de J.-J. Courtine (2005) e de J. Guilhaumou (2004). No Brasil, o trabalho de Maria do Rosário Gregolin, *Foucault e Pêcheux na Análise do discurso: diálogos e duelos* (2004), é uma referência incontornável. Ver especialmente o capítulo 4, *Chegado o tempo de partir os espelhos, todos os caminhos se bifurcam*, sobretudo o item *A suspensão de um projeto, a virada lingüística*.

² Nesse sentido, o livro de Denise Maldidier, *L'inquiétude du discours* (1990; tradução brasileira: *A inquietação do discurso*. Campinas: Pontes, 2003), é fundamental tanto por sua apresentação do percurso de Michel Pêcheux (“(Re)ler Michel Pêcheux hoje”), que se confunde com o trajeto da própria AD, quanto pela reunião de textos importantes e, por vezes, mesmo inéditos do filósofo francês.

1989, p.37). Além disso, não é possível fazer a mesma AD quando se trata de analisar o discurso político tradicional escrito e quando se trata de considerar o discurso político transmitido pela televisão, no qual, em conjunto com a linguagem verbal, o corpo e a voz, as imagens e a tela participam da produção dos sentidos.

No Brasil, os trabalhos mais sólidos e mais relevantes sobre o discurso político debruçaram-se sobre *corpora* escritos ou orais que foram transcritos. É preciso mencionar, entre esses estudos, as análises de Haquira Osakabe, *Argumentação e Discurso Político* (1979), de Eni Orlandi, *A linguagem e seu funcionamento* (1983), e de José Luiz Fiorin, *O regime de 1964: discurso e ideologia* (1988), numa conjunção entre alguns fundamentos da AD e uma forte base de semiótica greimasiana. Mais recentemente, se destacam o trabalho de Freda Indursky, *A fala dos quartéis e outras vozes* (1997), e o de Mônica Zoppi-Fontana, *Cidadãos modernos. Discurso e representação política* (1997). Embora a pertinência analítica e histórica desses estudos seja incontestável, existe ainda, segundo cremos, uma imperiosa necessidade de alargar o domínio dos objetos de análise pertinentes.

Na França, seguindo o percurso de publicação da revista *Mots. Les langages du politique*, ao longo das duas últimas décadas, constatamos claramente uma inflexão quanto aos objetos e aos enfoques concernentes ao discurso político, considerando o paradigma midiático. Pensamos, particularmente, nos números 20 (1989), 40 (1994) e 67 (2001), consagrados às relações entre a política e as mídias e/ou aos suportes midiáticos, que, de certo modo e com algumas lacunas, ultrapassam a tendência lexicométrica (estatística sobre o vocabulário e, posterior, interpretação) predominante nos números anteriores. Entretanto, algumas das recentes obras sobre o discurso político, como por exemplo, *Le discours politique: les masques du pouvoir*, de Patrick Charaudeau (2005), não contemplam a dimensão histórica de longa e média duração, ignoram alguns dos traços antropológicos da fala política e, sobretudo, deixam de lado, ou, ao menos, minimizam a relevância das *mídias* que manifestam o discurso político contemporâneo.³No contexto francês, não podemos

³ De fato, P. Charaudeau evidencia a interdependência entre as instâncias políticas, cidadãs e midiáticas, conferindo uma grande importância às mídias. Ora, em vez das mídias como lugar institucional absolutamente influente no universo político, conforme nós mesmos já o ressaltamos (Piovezani Filho, 2003), queremos enfatizar, aqui, o papel dos suportes midiáticos ou *médias*, pelos quais os discursos constroem sua substância concreta. Sobre esse aspecto, o trabalho de Marlène

negligenciar ainda a atual efervescência dos trabalhos lexicométricos de Damon Mayaffre (2000, 2004) que, justificadamente, suscitam menos entusiasmo do que reticências e críticas.

CORPO, ROSTO E VOZ NO DISCURSO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO

Evidentemente, as condições de produção do discurso e, por conseqüência, do discurso político contemporâneo, englobam um grande número de razões, causas e fatores que possibilitam, constroem e caracterizam o discurso: assim, encontram-se indissociavelmente relacionados as razões antropológicas e históricas próprias à sua constituição, as causas conjunturais que condicionam sua formulação simbólica, manifesta em gêneros do discurso, enunciados, fórmulas, imagens e sintagmas, e os fatores materiais que regulam sua circulação. Todavia, é possível acentuar (certamente, não de modo exclusivo) um desses âmbitos, conforme tentamos fazê-lo aqui, destacando a instância material de transmissão dos discursos, ou seja, a substância fônica da expressão do discurso político na mídia.

O deslocamento do discurso político da tribuna para a televisão assinala a inversão de certo paradoxo: no palanque, o orador político tradicional está, como o descreve Courtine (1989), sob a proximidade do olhar da multidão que assiste à *performance*, de modo que o conjunto dos ouvintes instaure com o político uma relação fundada sobre uma “distância próxima”; inversamente, na televisão, o político está submetido a um “olhar aproximado” do telespectador-eleitor, que, de certa maneira, não está lá, ainda que esteja. Numa palavra, trata-se de uma relação de “proximidade distante” (Courtine, 1989, p.72-73). Com efeito, as inovações tecnológicas, em conjunto com uma série de transformações históricas de diferentes durações, parecem ter contribuído para o advento de mudanças bastante significativas nas práticas de produção e de interpretação dos discursos políticos.

Essa “proximidade distante” corresponde a uma distância de intimidade, característica da linguagem televisual, na qual o telespectador é instalado. Se os contatos face a face das interações de

Coulomb-Gully (2001) é uma exceção, ainda que essa obra seja relativamente frágil quanto à sua abordagem da constituição histórica e da formulação lingüística do discurso. Mesmo assim, nossa reflexão é tributária desse seu estudo e, sobretudo, daqueles desenvolvidos por Courtine (1989, 2003, 2004).

terreno promovidas pelo discurso político no palanque consistem num encontro “real” do ator político com um auditório, na televisão, esse encontro é produzido sob a forma de uma “ilusão”. Entretanto, ao mesmo tempo em que o dispositivo midiático impede, pelas propriedades de seu funcionamento, a assimilação do corpo “real” da percepção,⁴ ele produz efeitos de real, sobretudo graças à sua capacidade de associar a imagem ao movimento e ao som.

O corpo político/ do político na tevê é, portanto, uma imagem procedente de parâmetros técnicos visuais, das escolhas de *mise en image* efetivadas pela instância de realização e do investimento antropológico e histórico que lhes são atribuídos: escalas dos planos, ângulos, enquadramentos, movimentos de câmera etc. Trata-se, enfim, de *uma silhueta*, cujos gestos e movimentos foram suavizados e controlados, na conjunção de um processo histórico de longa duração e da emergência de novas tecnologias. Além disso, uma vez considerada a predileção televisiva pelos planos aproximados e seguindo as distintas, mas complementares, sugestões de Courtine (1989, 2003) e de Coulomb-Gully (2001), podemos dizer que o corpo político é antes de tudo *um rosto*: no começo dos anos 80, o então candidato à Presidência da França, François Mitterrand, limou seus caninos superiores; por sua vez, em 2002, o presidente Lula, também ele então candidato, não somente limou os dentes, mas ainda cortou os cabelos e aparou consideravelmente a barba.

Uma silhueta e um rosto, sem dúvida; mas não só... Considerando que a televisão é um *medium audiovisual*, o político é também *uma voz*. Amiúde, uma escrita-falada (com uma série de efeitos que daí advêm, cujo começo ou limite é a oposição entre a “viva voz” e a “letra morta”). A passagem dos gestos largos do orador político na tribuna aos meneios expressivos, mas rigorosamente controlados, na televisão corresponde às transformações da voz: de *pulmonar*, quando se materializava por meio das cordas vocais, ela passa a ser *amplificada*, com a invenção do microfone e, posteriormente, *capturada e transmitida*, no rádio e na tevê. Uma das conseqüências desses avanços técnicos é que a gravação da imagem

⁴ Não queremos aqui entrar na querela milenar que remonta aos “estruturalismos X fenomenologias”, aos prelúdios do século XX até hoje, aos “nominalistas X realistas” da Idade Média, ou, ainda, aos partidários do “inteligível” ou do “sensível” da Antiguidade Clássica; apenas gostaríamos de ressaltar o fato de que, nesse caso, se trata da reprodução, mesmo que “ao vivo”, da imagem do político e não de sua presença “em carne e osso”.

e do som abriu a possibilidade de um olhar sobre si e de uma escuta de si e, por conseguinte, de uma autocorreção.

Em nossos dias, a voz foi suavizada paulatina e progressivamente, diferentemente dos tempos em que a bela voz de Ésquines era ouvida e admirada nas assembléias de Atenas; do período no qual Dom Pedro I teria, num amplo gesto, levantado a espada ou o chapéu (conforme as variações na história e na iconografia) e gritado, de viva voz e a plenos pulmões, o tão célebre “*Independência ou morte*”; da época, enfim, em que Lamartine podia, sem microfone, se fazer ouvir pela multidão e apassar a fúria dessa massa que cercava o *Hôtel de Ville*. A intensidade vocal abrandou-se, os tons e a curva melódica foram amainados. O aspecto tonitruante de algumas vozes do cinema e da televisão praticamente desapareceu, e as falas dos homens políticos seguiram por caminho análogo quando de sua adaptação à linguagem audiovisual.

Seguindo a via aberta pelos postulados, tão interessantes quanto controversos, de Denis Dasse,⁵ Coulomb-Gully avança a seguinte hipótese:

Lembremos que a televisão se caracteriza por uma forma de escuta provavelmente menos atenta às palavras pronunciadas e à sua significação que aos sons. Mais que *verbocêntrica*, a televisão é *vococêntrica*. Além ou, antes, aquém da significação do que é dito, percebemos a voz na sua materialidade: a carne da voz sob o sentido das palavras. (Coulomb-Gully, 2001, p.103-104, grifos da autora).

Diferenças de espaço e tempo, diferenças do verbo, do corpo e da voz. Reconfigurações do objeto privilegiado de uma disciplina que nasceu analisando-o e que, no entanto, nem sempre considerou suas metamorfoses capitais. Por essa razão, apostamos na viabilidade de um enfoque que integre, à AD, fundamentos da História Cultural e da Antropologia Histórica, ao qual, na esteira de Courtine (1989), designamos de *semiologia histórica* do discurso político contemporâneo. Talvez fosse interessante reler, à luz da teoria discursiva, os preceitos da Retórica Clássica, que comportava, sem quase nunca dissociá-las, a *inventio*, a *dispositio*, a *elocutio*, a *actio* e a *memoria*. Assim, seria possível contemplar não apenas a história e

⁵ "A voz de nosso interlocutor nos fala mais que seu discurso." (Dasse, 1974, p.183).

a memória dos discursos e sua formulação, mas também sua transmissão e circulação. Noutros termos, é preciso que não nos esqueçamos de que, diferentemente dos anjos que transmitem a palavra de Deus sem nenhum desvio, sem nenhuma alteração, a infidelidade involuntária, porque constitutiva, de Hermes não é sem efeito sobre os efeitos de sentido.

Passemos agora à análise, conforme dissemos, de um dos programas de José Serra veiculado no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, por ocasião das eleições presidenciais de 2002, com o intuito de evidenciarmos alguns dos usos da voz na produção discursiva, em consonância com outras materialidades e linguagens, que poderiam ser proficuamente descritos e interpretados, segundo sustentamos, por uma “lingüística da substância” ou por uma “semiologia histórica”.

UM BREVE EXERCÍCIO DE ANÁLISE E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constantemente submetido a desconfianças, denúncias e acusações, visto que a origem de sua força é também o princípio de sua debilidade, pois suas *fides* e *auctoritas* advêm de onde brotam dúvidas e dívidas, o campo político caracteriza-se por uma incessante busca de credibilidade e legitimidade. O capital simbólico no universo político consiste numa espécie de crédito fundamentado na crença e no reconhecimento e, por essa mesma razão, torna-se facilmente suscetível às suspeitas e aos escândalos.

Ora, considerando que, na contemporaneidade, é preciso legitimar não somente as instituições do campo político, mas também a função desempenhada e, cada vez mais, a ocupação pessoal do cargo exercido ou a ser assumido, observamos uma intensificação dos procedimentos de legitimação. Se, explícita ou implicitamente, esses procedimentos estendem-se a toda classe política ou, ao menos, aos papéis públicos exercidos por aqueles que foram eleitos pelo sufrágio universal, eles não se limitam a essa classe e a esses papéis. Com o advento de uma certa “personalização” da política, estabeleceu-se, em alguma medida, um apagamento das rivalidades público-institucionais, em proveito dos confrontos entre “personalidades”; o privado e pessoal, freqüentemente, rivaliza com o público e político.

A justificação de um campo, de um segmento seu ou, ainda, de uma função pública eletiva emerge sob a forma de um “nós” ou da impessoalidade de uma instituição que se apóiam no Estado, no

regime de governo, no escrutínio ou numa pesquisa, numa ideologia e/ou na notoriedade midiática – “Nós, políticos eleitos pelo povo...”; “Nós, da esquerda/direita...”; “Nós, candidatos a deputado pelo Pxx...”; “O governo do Estado...”; “Nossa prefeitura...” etc. etc. Já a confiança e, até mesmo, a legitimação do titular ou do candidato a titular de um cargo político podem manifestar-se como um “eu” que se fundamenta na autenticidade da pessoa e na verdade de seu *ego* profundo. A conjunção desses dois modos complementares de confiança e legitimação exige, seja na conquista, seja na manutenção do poder, a adoção de medidas que visam tanto a afirmar a fundamentação das pretensões em ocupar seus postos e exercer suas funções, quanto a empreender uma boa “produção” e apresentação de “si”.

Fabricar e expor o “eu”, na política contemporânea são ações que apontam para o deslocamento relativo da fonte de credibilidade e legitimidade; de algum modo, se passa da função pública aos atributos pessoais: “sinceridade”, “honestidade”, “simplicidade” e “generosidade” são elevadas à condição de valores essenciais daqueles que exercem ou que estão destinados a exercer cargos públicos. Sua suposta posse e exibição constituem um ‘eu’ crível e legítimo. Com efeito, a legitimidade da instância e da classe política não é exclusivamente endógena. Em consonância com o discurso dos políticos estão tanto a arquitetura amiúde imponente dos lugares de poder e os rituais e protocolos das ações e decisões políticas, quanto uma série de discursos sobre os políticos: no discurso escolar, a instauração e a difusão da crença nos “vultos notáveis”, nos “grandes homens” da política regional, nacional ou mundial; no discurso midiático, a denúncia de suas fraquezas, mas também a reiteração de suas forças mediante a ampla divulgação de seus atos e deliberações; no discurso social, de ONGs e de movimentos sociais, ratificam os poderes políticos quando, ao revelarem suas faltas, atestam também sua potência de realização; e no discurso jurídico, por meio do qual o poder político fundamenta legalmente sua existência.

Apesar da legitimidade de alhures, as críticas infligidas ao discurso político são quase tão antigas quanto os diversos gêneros de discursos políticos que já atravessaram a história. O discurso político parece sempre ter carregado a pecha de mentiroso. Uma das razões desse estigma é o contraste entre o que se fala e o que se faz no âmbito da política. Diante desse descrédito sofrido pelo discurso político quando confrontado com a suposta eficiência de uma ação efetiva, que poderia ser sintetizado numa seqüência bastante

corriqueira como “Esses políticos só *falam*, mas não *fazem nada!*”, uma das estratégias mais freqüentes de seu enunciador é a de antecipar-se ao preconceito que lhe ronda, tentando construir para si um *ethos* de experiente, competente e empreendedor. Podemos observar um exemplo desse estratagema discursivo na campanha de José Serra à Presidência da República, em 2002. Numa passagem de seu programa, na última semana do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, o próprio candidato diz: “Pra governar bem o Brasil, é preciso governar junto com os municípios. Só assim, chegaremos até você. Esta convicção *não é discurso não*; é o que *eu sempre fiz* na vida pública [...]”. A essa intervenção, segue o depoimento elogioso de Cirilo Pimenta, então Prefeito de Quixeramobim (CE), sobre a atuação de José Serra no tocante à descentralização dos serviços e recursos federais. Na *continuação*, surgem aos nossos olhos e chegam aos nossos ouvidos os seguintes enunciados:

Serra disse que ia lutar pelas prefeituras. [Num fundo verde, a primeira oração aparece destacada em fonte amarela, e a segunda, em branco.]

DITO E FEITO

[Num pano de fundo composto por um simulacro da bandeira do Brasil, surge este enunciado, em letras brancas, no interior do círculo azul, sempre seguido de uma narração, constituída pela elocução verbal do locutor da campanha, acompanhada invariavelmente de fundo imagético e musical, que relata as supostas realizações do candidato no domínio abordado, quando ele era Ministro do Planejamento ou Ministro da Saúde.]

Serra disse que ia ampliar o Programa Saúde da Família.

DITO E FEITO

Serra disse que ia cuidar das pequenas cidades.

DITO E FEITO

Serra disse que ia lutar pelos mais necessitados.

DITO E FEITO

Serra disse que ia melhorar as condições de higiene das pessoas.

DITO E FEITO

Serra disse que ia investir em esgoto sanitário.

DITO E FEITO

A seqüência do programa apresenta o depoimento de Prefeito de Coxim (MS), sucedido de uma breve intervenção da apresentadora da campanha e de uma fala do próprio candidato, que insistem no conhecimento e na experiência de José Serra. Em seu conjunto (fala de Serra + depoimento de Prefeito + série “Serra disse... DITO E FEITO” + depoimento de Prefeito + intervenção da apresentadora + fala de Serra), essa passagem produz o efeito de um candidato que, já dotado de um saber-fazer e de um poder-fazer “comprovados”, apenas precisa da legalidade, oriunda do resultado das urnas, para assumir a função pública pleiteada e, uma vez mais, *fazer* o que *disse*. Aqui se trata, portanto, de pressupor e apresentar uma capacidade com vistas a conquistar e a exercer um direito, respectivamente, credibilidade e legitimidade.

Com efeito, o tema da descentralização do poder federal e do fortalecimento dos municípios atravessa todo o programa de José Serra do dia 23 de outubro de 2002, sempre recoberto por efeitos de verdade. Entre as várias passagens do programa que atestam as “realizações” do candidato no que concerne a esse tema, destacamos dois tipos de intervenções que são ali apresentadas. Nossa escolha não foi aleatória: essas falas aludem, tanto em seu conteúdo quanto em sua expressão, ao crescimento da municipalização supostamente já empreendido e a ser intensificado pelo candidato, ou seja, os dizeres não apenas tematizam a descentralização do poder federal, mas também a manifestam na e pela sua própria “substância da expressão”. Por um lado, temos o conjunto formado pelos depoimentos de prefeitos de seis diferentes cidades brasileiras e, por outro, observamos o grupo composto pelas breves manifestações de pessoas “comuns”, representantes da diversidade etnogeográfica, lingüística e cultural do País.

Ressaltemos, primeiramente, algumas diferenças entre esses dois tipos de intervenções, para que, em seguida, sublinhemos suas afinidades. Enquanto os depoimentos dos prefeitos são proporcionalmente extensos e se caracterizam pela desenvoltura e postura que são próprias dos políticos profissionais e pelo “cenário” indiferenciado – composto por uma espécie de metonímia imagética da bandeira brasileira, na qual se encontra a inscrição “José SERRA, Presidente”, logo acima de três estrelas e onde se situa o tradicional “Ordem e Progresso” –, as falas das pessoas “comuns” são marcadas por sua concisão e pela especificidade das paisagens que as circundam. No que respeita às analogias entre essas declarações,

além dos efeitos de espontaneidade (que se intensificam à medida que se vai do depoimento do político profissional à fala do cidadão “comum”), destacamos a harmonia da “voz” e a dissonância das vozes. Por “harmonia da voz”, entendemos o uníssono de “fundo”, o efeito de paráfrase no conteúdo das diferentes intervenções; é como se todos dissessem “a mesma coisa”, ou seja: “José Serra atuou em todo o Brasil e fez muito pelo fortalecimento dos municípios”.

Tenta-se corroborar esse conteúdo por meio da substância fônica das manifestações, das marcas identitárias⁶ contidas nas diferentes pronúncias que materializam o discurso, sob a forma de uma “dissonância das vozes”. No programa de José Serra, além de algumas particularidades lexicais, os diferentes sotaques expressos tanto nos depoimentos dos Prefeitos [de Suzano (SP), Terezina (PI), Coxim (MS), Boa Vista (RR), Paraty (RJ) e Registro (SP)], quanto nas falas “populares” [na voz da “gente do povo” de Carazinho (RS), Ananindeua (PA), Monteiro (PB), Saudade do Iguacu (PR), Recife (PE), São Sebastião (DF), Promissão (SP), São José da Tapera (AL) e Anápolis (GO)], ratificam a onipresença da atuação do candidato e têm sua singularidade regional reforçada, na medida em que contrastam com o a pronúncia “padrão”, uma espécie de “grau zero” da ortoepia, das intervenções do locutor do programa, que os intermedeiam, e da fala de Serra, que os segue imediatamente.

O “justo meio”, aliás, não se manifesta somente na “neutralidade” da prosódia do candidato, mas no conjunto de sua apresentação. É preciso não agredir os ouvidos nem desagradar os olhos. A limpidez e a exata articulação da voz de Serra coadunam-se perfeitamente com a sobriedade de seu paletó escuro, sobreposto à camisa branca e à gravata de listras comportadas, com a postura equilibrada entre o entusiasmo e a reserva, atravessada pela pontual expressividade dos gestos e pela precisa insistência do olhar. A eloquência bem medida de seu corpo reitera a “verdade” de suas declarações: “Esta convicção *não é discurso não*; é o que *eu sempre fiz* na vida pública [...]”. Seu rosto, na proximidade da tela, torna-se uma via privilegiada para a sinceridade de sua alma, enquanto sua voz,

⁶ Ou, nos termos da Professora Amanda Scherer (2006), “marcas discursivas de identificação”. Seu trabalho foi fundamental para que concebêssemos alguns dos pontos que esboçamos aqui, apesar de algumas diferenças de perspectiva – enquanto a autora reflete principalmente sobre o que poderíamos chamar de uma “geopolítica da pronúncia”, privilegiamos uma “história cultural da voz” (cf. Piovezani Filho, 2005).

captada e transmitida pela caixa de ressonância, apresenta-se como um sopro puro e límpido oriundo de um interior pretensamente muito bem-intencionado.

Por ora, concluímos nosso breve exercício analítico. Encerrada nossa análise, gostaríamos de finalizar este texto reiterando uma evidência incontornável: a emergência de novos objetos impõe a adoção de novas perspectivas de pesquisa. A simplicidade desse princípio, feliz ou infelizmente, vem acompanhada da dificuldade de sua aplicação: “mais il est souvent plus aisé de découvrir une vérité que de lui assigner la place qui lui revient” (Saussure, 1995, p.100). Cientes da complexidade de nossa empreitada e da impossibilidade de realizá-la sem o auxílio de outrem, o trabalho que aqui apresentamos não consiste num modelo a ser adotado, antes, trata-se de um convite para seguirmos por um caminho já delineado, ainda instável, mas, certamente, não sem importância.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, P. *Le discours politique: les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert, 2005.

COULOMB-GULLY, M. *La démocratie mise en scènes: télévision et élections*. Paris: CNRS Éditions, 2001.

COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, Paris, n. 62, p.9-128, 1981.

_____. *Corps et discours: éléments d'histoire des pratiques langagières et expressives*. 1989. 102 f. Thèse d'État – Université de Paris X-Nanterre, Paris, 1989.

_____. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M.R.V. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p.21-34.

_____. A estranha memória da análise do discurso. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L. (Org.). *Michel Pécheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005. p.25-32.

DASSE, D. *L'ombilic et la voix: deux enfats en analyse*. Paris: Seuil, 1974.

FIORIN, J.L. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *La langue introuvable*. Paris: Plon, 1981. Tradução brasileira: *A Língua Inatingível*. O Discurso na História da Linguística. Campinas: Pontes, 2004.

GUILHAMOU, J. Où va l'analyse du discours? Autour de la notion de formation discursive. *Revue Texto*, 2004. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/Inedits/Guilhaumou_AD.html>.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: Hucitec; Editora da Unicamp, 1997.

MAYAFFRE, D. *Le poids des mots*. Le discours de gauche et de droite dans l'entre-deux-guerres. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2000.

_____. *Paroles de président. Jacques Chirac (1995-2003) et le discours présidentiel sous la V République*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2004.

MOTS/LES LANGAGES DU POLITIQUE. La politique a la television. Paris: n.20, 1989.

_____. Écoutes, échos du politique. Paris: n.40, 1994.

_____. La politique à l'écran: l'échec? Lyon: n.67, 2001.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.

OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

PÊCHEUX, M. Délimitations, retournements et déplacements. *L'Homme et la Société*, Paris, n. 63-64, p. 53-69, 1982. Tradução brasileira: Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n.19, p.7-24, 1990.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.

PTOVEZANI FILHO, C. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, M. R. V. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p.49-64.

_____. *Du discours politique sur l'écran: pour une analyse du discours sous le patronage d'Hermès*. Comunicação apresentada no Colóquio Technologies du Langage: vers la société du savoir, UNESCO, Paris, setembro 2005.

SAUSSURE, F. *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot & Rivages, 1995. Tradução brasileira: *Curso de Linguística Geral*. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

SCHERER, A. E. *Sujeito pela voz*. Comunicação apresentada no Grupo de Trabalho de Análise do discurso do XXI Encontro Nacional da ANPOLL, PUC/SP, São Paulo, julho 2006.

ZOPPI-FONTANA, M. *Cidadãos modernos*. Discurso e representação política. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

Recebido em novembro de 2006
e aceito para publicação em maio de 2007.

Title: *Voices of political discourse: subjects, sounds and meanings*

Abstract: *This article argues for the necessity and viability of a “linguistics of the substance”, when analyzing both the production of meaning and the construction of identities by participants in oral interaction. For this purpose, after considering some of the changes occurring in contemporary political discourse, we carry out a brief analysis of one of presidential candidate Jose Serra’s programs, which was broadcast during the Horário Eleitoral Gratuito for the 2002 elections. Our main focus is on the use of the phonic substance (voice) and the effects of truth and the particular personal ethos it brings about.*

Keywords: *voice; Discourse Analysis; “Linguistics of the substance”; political discourse.*

